

DINÂMICAS URBANAS

Expansão e segregação em São João Nepomuceno/MG

URBAN DYNAMICS
Expansion and segregation in
São João Nepomuceno/MG

Maurício Henriques Velasco¹ e Raquel Garcia Gonçalves²

Resumo

Este artigo pretende analisar a dinâmica do espaço urbano de São João Nepomuceno, pequena cidade de tradição industrial têxtil em Minas Gerais, a partir dos movimentos de expansão urbana ao longo de sua história, visando desvendar as formas de segregação e fragmentação nela presentes, até sua atual configuração. O foco primordial da pesquisa está no resgate histórico das direções tomadas pelo tecido urbano desde seu surgimento como arraial colonial da economia cafeeira no século XIX até sua consolidação como cidade industrial nos séculos XX e XXI. A partir deste estudo, pretende-se, portanto, discutir a importância do Estado e das economias têxtil e do vestuário como motores desta expansão, bem como quais os fenômenos econômicos e sociais levaram esta sociedade a tal configuração do espaço urbano. Palavras-chave: segregação, morfologia urbana, São João Nepomuceno.

Abstract

This article intends to analyze the urban space dynamics of São João Nepomuceno, a small city with a textile industrial tradition in the state of Minas Gerais, from the urban expansion movements throughout its history, searching for the segregation and fragmentation shapes being there, until today. The main focus of this research is on the historical rescue of directions taken by the urban footprint since its emergence as a coffee colonial town in XIX century until its consolidation as an industrial city in XX and XXI centuries. Therefore, this study intends to discuss the importance of state and the textile and clothing economies as motors of such expansion, as well as what economic and social phenomena took society to such urban space configuration.

Keywords: segregation, urban morphology, São João Nepomuceno.

Introdução

O tema central abordado por esta pesquisa está relacionado às formas de segregação em cidades de pequeno porte. Aponta-se para a problemática acerca da possibilidade dos pequenos organismos urbanos manifestarem assimetrias na distribuição dos grupos sociais em seu espaço urbano, bem como dificuldades de acesso por determinados grupos, de forma similar ao que ocorre em metrópoles e grandes cidades³. Diante destas questões, o objetivo principal da pesquisa é analisar a dinâmica do espaço urbano no distrito-sede de São João Nepomuceno, município da macrorregião da Zona da Mata, no interior de Minas Gerais.

O método de abordagem a ser utilizado foi o dedutivo, partindo de teorias e referências de estudo já consolidadas para analisar os fenômenos particulares do contexto em questão. Foram empregados, para procedimento, concomitantemente, os métodos: histórico (analisando a evolução do tecido urbano e da distribuição dos grupos sociais ao longo das décadas até o presente), comparativo (entre morfologias urbanas dos casos já estudados por Flávio Villaça (1998) em relação ao estudo de caso em questão) e de estudo de caso, ao verificar a presença, no município escolhido para a pesquisa, dos fenômenos já comprovados e característicos das cidades da periferia. Em relação às técnicas de pesquisa, foi utilizada a técnica de coleta de dados indireta, pesquisa documental e bibliográfica, e também técnica direta de coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 1995), a partir da observação de fenômenos e do cotidiano urbano em pontos da cidade, bem como a análise de mapas e fotos aéreas, que auxiliam significativamente no entendimento do perfil das dinâmicas urbanas ao longo do tempo (diferenciar a cidade formal e a informal, identificar as direções de crescimento da área urbana, impactos, vetores de expansão, e outros). A coleta de dados pela técnica direta também foi feita através de entrevistas a membros da comunidade são-joanense, que se disponibilizaram a contribuir, a partir da experiência de cada um, com esta pesquisa.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira é uma exposição sobre as teorias de segregação urbana, da Escola de Chicago aos marxistas. Em seguida se insere o histórico são-joanense sob o ponto de vista das direções tomadas pela sua expansão urbana ao longo das décadas. A terceira parte traz o atual panorama e as tendências de expansão de hoje em diante. Na última parte desenvolve-se a aplicação das teorias mostradas na primeira parte em relação ao que foi testemunhado nas fases de expansão da cidade em questão.

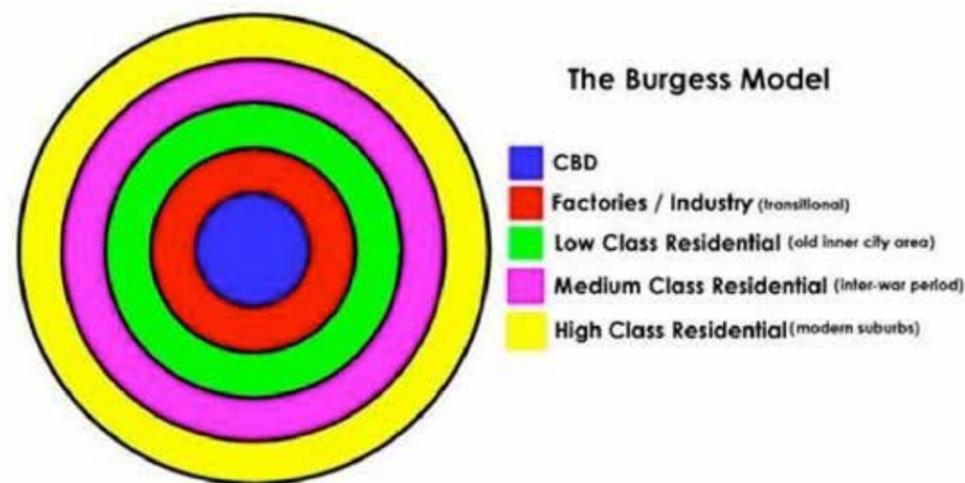
Teorias de segregação: da escola de Chicago à crítica marxista

Para iniciar uma reflexão teórica sobre segregação urbana, abordar as contribuições da Escola de Chicago neste campo torna-se tarefa essencial. Trata-se de um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica que tem início na última década do século XIX e experimenta seu auge entre 1915 e 1940, tendo como grande característica a pesquisa empírica, num contexto social que concentrava o foco na assimilação dos imigrantes pela sociedade americana (COULON, 1995). Desde sua primeira geração, a partir de 1890, já ficava consolidado entre seus estudiosos a importância do habitat para as relações sociais. De uma orientação cristã em seu começo, passou a uma maior autonomia, marcada por uma sociologia mais científica após 1900 e a uma proeminência no cenário americano a partir de 1915, com William Thomas, Robert Ezra Park e Ernest Burgess, da segunda geração. Para explicar os padrões espaciais,

¹ Mestre em Urbanismo pelo Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU/UFMG (2020). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013).

² Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ (2005). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996).

³ Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado defendida em 2020 e desenvolvida no Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU).

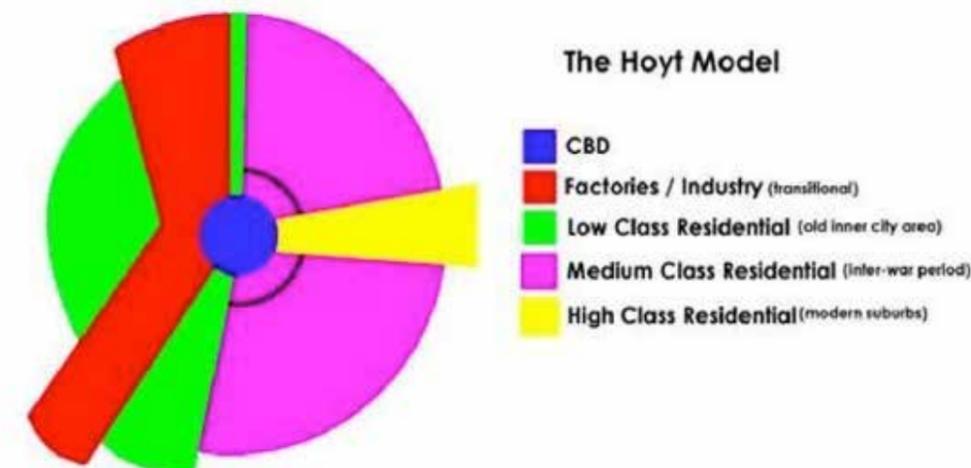


a Escola de Chicago “se concentrou em fatores behavioristas ou sociobiogênicos” (GOTTDIENER, 1985, p. 37), pelo menos até a década de 1940.

O estudo da diferenciação entre regiões de habitação no espaço urbano foi feito por Burgess, em 1925, e confirmado em um estudo sobre criminalidade e delinquência juvenil feito por Shaw e McKay em 1942. A Burgess “ficou a tarefa de pintar o quadro da teoria do espaço defendida pela Escola de Chicago” (GOTTDIENER, 1985, p. 40). Os bairros mais próximos dos centros comerciais e industriais concentravam a população de mais baixa renda e tinham as mais altas taxas de criminalidade. Ao contrário, os bairros da periferia da cidade, mais ricos, tinham taxas de delinquência muito baixas (COULON, 1995). Essa configuração tem base nas grandes cidades americanas, que já passavam, no início do século XX, a uma fase industrial do capitalismo, onde a elite motorizada passava às periferias, em aprazíveis subúrbios (CORRÊA, 1986). Gottdiener também associa a dinâmica explicada por Burgess à capacidade relativa dos habitantes de suportar os custos de transportes e, também, à especulação da terra:

Burgess acreditava que as propriedades pouco desenvolvidas de tais agentes em torno do distrito comercial central, junto com o fato desfavorável de as estruturas residenciais estarem próximas das empresas industriais, criaram um *slum* negligenciado, adjacente ao centro, que ele chamou de zona de transição. Casas em ruínas, divididas em cômodos por proprietários especuladores, à espera de uma reurbanização e posterior expansão do distrito comercial central, atraíram os elementos *mais surrados* da população [...] isso serviu para induzir ainda mais os elementos prósperos da população a abandonar o distrito comercial central e, no final, deu má fama à cidade (GOTTDIENER, 1985, p. 41).

Gottdiener (1985) chama atenção para o fato de que o modelo de Burgess, que consubstanciava espacialmente as ideias da Escola de Chicago, evidenciava a competição entre grupos sociais e forças econômicas, mas a partir deste momento começavam as limitações da ecologia humana. Em primeiro lugar, o modelo de Burgess se aplicava a condições socioeconômicas muito específicas, características das cidades norte-americanas e “quando estas condições mudam qualitativamente, a pretensão de universalidade de seu modelo cai por si só” (CASTELLS, 1983, p. 183). Em segundo lugar, apesar de levar em conta a ideia de grupo, presente desde



as áreas naturais até as unidades ecológicas, a orientação da Escola de Chicago se guiava pela ideia da adaptação, e não se levava em conta as dinâmicas desses grupos e suas localizações no espaço a partir de classe ou status, como se testemunha nas desigualdades econômicas, nem a questão dos elementos culturais, como o racismo. Há também a falta da questão do Estado e sua intervenção para a correção das assimetrias, o que é fruto, em parte, do determinismo tecnológico dos ecologistas e outros do pensamento *convencional* (GOTTDIENER, 1985)⁴.

Homer Hoyt, economista americano, faz no final da década de 1930, uma revisão do estudo da distribuição das classes no espaço feito até então. Afastou-se da ecologia humana dos intelectuais de Chicago para aplicar à sua análise uma abordagem mais voltada à economia e ao mercado imobiliário. Explicou o movimento residencial das elites segundo um eixo partindo do centro, o que configurava um círculo esquemático dividido em seções com ângulo no ponto central, caracterizadas pela má distribuição das vias de transporte e a dificuldade das elites em se expandir lateralmente (VILLAÇA, 1998). Castells descreve o esquema, destacando a tentativa de Hoyt de tornar seu modelo flexível a condições históricas particulares de cada contexto, bem como os limites de seu objetivo de se desvencilhar da ecologia:

Assim, as distinções setoriais propostas por Hoyt tentam adaptar o modelo às situações nas quais encontramos uma rigidez social devida à história particular de zona. Uma ou outra camada, implantada num setor, coloniza o conjunto de um certo raio, de dentro para fora, sem se transformar em bloco numa nova coroa. Mas o movimento ecológico e sua determinação funcional permanecem os mesmos (CASTELLS, 1983, p. 184).

Corrêa chama a atenção para o fato de que a segregação é um processo que caracteriza a cidade, e não apenas a cidade capitalista (CORRÊA, 1986, p. 61), apesar de que este modo de produção dinamiza a segregação, deslocando as classes no espaço, em contraponto com a estrutura imobilizada da segregação em ambientes urbanos arcaicos (CORRÊA, 1986, p. 69).

⁴ Gottdiener (1985) classifica como convencionais as reflexões acerca da questão urbana realizadas desde a Escola de Chicago, no fim do século XIX e as ideias behavioristas da década de 50. Este grupo de pensadores vistos por este autor como convencionais perdem espaço definitivamente na década de 60 com o advento das contribuições marxistas sobre a questão urbana.

A ruptura definitiva com o pensamento convencional, que se manteve fiel a alguns pontos da Escola de Chicago, foi possibilitada por uma série de eventos na década de 1960, que atingem os dois principais bastiões do capitalismo central, Estados Unidos e França, o que torna propícia a entrada dos marxistas no debate da análise urbana. Uma série de rebeliões nos guetos americanos, entre elas Watts, em 1967, e as greves francesas em maio de 1968, além de abalar as sólidas estruturas do ciclo virtuoso do capitalismo no pós-guerra, foram a porta de entrada para aquilo que faltava na análise urbana feita pelos convencionais até então: “o papel das frações de classe no espaço, a relação entre desenvolvimento espacial e controle social, o conflito de classes tal como se distribui no espaço e a relação entre o Estado e o espaço” (GOTTDIENER, 1985, p. 76).

Dentre os marxistas que passaram a levar em conta a questão espacial, sobretudo após 1968, Manuel Castells foi talvez o que mais contribuiu para o desapego definitivo em relação às ideias convencionais. Sua crítica, contida na obra *A Questão Urbana*, tinha como objetivo primordial “ultrapassar a descrição dos mecanismos de interação entre as implantações e as atividades, para descobrir as leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais” (CASTELLS, 1983, p. 191), compreendendo o espaço enquanto expressão da estrutura social. A partir desta lógica, o espaço, assim como a estrutura social, é modelado por um conjunto de três elementos: econômico, político e ideológico. A aplicação desta tríade é feita de forma similar à que Althusser propôs para o sistema social como um todo, mas desta vez a um sistema homólogo, aplicado à realidade concreta, o urbano (GOTTDIENER, 1985).

Para se chegar à abordagem da segregação em Castells, dentre esses três elementos modeladores, é preciso explorar o econômico em especial. O elemento econômico é traduzido pela interação entre força de trabalho, meios de produção e não trabalho, e a expressão espacial desta interação é compreendida a partir de quatro elementos: produção, consumo, troca e gestão. A produção é a expressão espacial dos meios de produção e o consumo, expressão espacial das forças de trabalho, é constituído de seu principal componente, a moradia, e a consequência mais evidente de sua manifestação no espaço é a segregação. Num primeiro momento, Castells fez uma definição puramente espacial do conceito de segregação:

[...] entenderemos por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 1983, p. 250).

O divórcio definitivo com as ideias convencionais se revela quando Castells relaciona a distribuição das moradias no espaço como um reflexo da distribuição dos produtos e da articulação da luta de classes, o que traz ao debate o ingrediente de determinações sociais na modelagem do espaço.

Castells (1983) também amplia a questão da segregação para além da projeção da estratificação social no espaço e a considera “um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, do produto-moradia no espaço e também da correspondência entre estes dois sistemas de distribuição” (p. 252). Chama a atenção para a “compreensão da composição do espaço por meio de seu processo de produção, a nível das formas urbanas e da distribuição dos indivíduos entre elas” (CASTELLS, 1983, p. 253). Destaca ainda que é, mais que a distribuição das residências e dos grupos sociais no espaço, “a expressão das relações que determinam a segregação e suas modalidades, em nível da reprodução da força de trabalho” (CASTELLS, 1983, p. 262).

É importante expor a análise pelo autor da segregação na interação do elemento consumo, ou reprodução da força de trabalho, com o elemento produção, sendo esta interação a tradução do elemento troca, que está relacionado ao transporte, circulação, fluxo e mobilidade.

Outros autores também procuraram explorar as diversas manifestações da segregação no espaço urbano em suas obras, muitas vezes na forma de uma subdivisão didática de tipos específicos, que podem dialogar ou não entre si. Lojkin (1997) expõe três tipos de segregação social e espacial, sobre a qual se baseia o abismo de interesses entre a classe trabalhadora e as camadas médias: um ao nível da habitação, o outro ao nível dos equipamentos coletivos e o terceiro ao nível do deslocamento entre a casa e o trabalho.

Lefebvre (2016) trata a segregação no âmbito de sua crítica à racionalidade e à inteligência analítica do urbanismo, sendo um fator equivalente, no espaço, à especialização e parcelarização do trabalho, ligadas à ideologia e estratégia de classe. A segregação se desenvolve ao longo de três aspectos sucessivos, a começar *espontaneamente* pelas diferenças de renda e ideologia, que *voluntariamente* se estabelecem lugares separados no espaço, e esta separação se dá de forma *programada*, sendo aceita sob o pretexto da planificação. Os bairros residenciais, mesmo não apresentando aparentemente uma separação muito evidente, tendem a ser, de modo geral, como guetos. A segregação pode ser ainda subdividida em diferentes critérios: ecológicos (favelas e cortiços), formais (deterioração dos signos e significações da cidade) e sociológicos (modos de vida, etnias e culturas) (LEFEBVRE, 2016).

Outro ponto importante para a análise da segregação está na diferença da estratificação social, no nível da sociedade e seu grau de incidência do espaço. Há, portanto, um nível de segregação relacional e outro geográfico. O primeiro “implica a ausência de interações entre distintos grupos sociais e o outro alude a uma distribuição desigual e distante dos grupos sociais no espaço físico” (RODRÍGUEZ VIGNOLI, 2001, p. 12 apud SOLDANO *et al.*, 2018, p. 22). Uma vez compreendida a ideia da expansão urbana como um processo de fabricação de territórios diferenciados ou arquipélago de modos de vida antitéticos, a segregação também pode se manifestar de forma autoinduzida, que é o caso dos condomínios fechados da alta renda, de forma estrutural, presenciada pelos assentamentos informais da baixa renda (SVAMPA, 2001, MERKLEN, 2005, AUYERO, 2001 apud SOLDANO *et al.*, 2018) ou por zonas intermediárias que desestruturam a vida cotidiana da cidade. Soldano *et al.* (2018) elenca os males efetivos do isolamento e da segregação, dentre eles a naturalização das desigualdades de acesso e a ameaça à coesão social, uma vez que são reduzidos os ambientes de convivência bem como as oportunidades para tratar de forma crítica as desigualdades e os estigmas de diversos grupos sociais.

Histórico de São João Nepomuceno

Como já mencionado, o universo de pesquisa está delimitado no tecido urbano do distrito-sede do município de São João Nepomuceno, localizado na Zona da Mata mineira. O município testemunha a ocupação pioneira de seu território, bem como sua primeira emancipação política no início do século XIX, e durante este século sua economia se baseia na produção cafeeira por meio das relações de trabalho entre senhor e escravo. Além do distrito-sede em questão, foco da pesquisa, surgiram na região outros arraiais de menor tamanho, como suportes para outras atividades rurais ligadas não só ao café, mas à produção de alimentos. Essas vilas se tornaram distritos vinculados à órbita política e administrativa do município de São João Nepomuceno.



Em seguida ao período imperial de base escravocrata e cafeeira, o território são-joanense passa por importantes metamorfoses sociais e econômicas a partir de 1880, com a abertura dos canais de integração desta região com a capital nacional por meio da estrada de ferro, possibilitando o fluxo de novos serviços e imigrantes. Esse panorama possibilita a diversificação de sua economia e composição social, e também a consolidação efetiva das relações modernas de trabalho, entre patrões e empregados assalariados. Esses incrementos são impulsionados, em grande medida, pela instalação da indústria têxtil, com a fundação da Companhia Fiação e Tecelagem Sarmento (CFTS), também ao final do século XIX, o que molda, de forma permanente, o perfil da cidade durante boa parte do século XX até o declínio das atividades deste ramo, na década de 1980. Este contexto de transição inaugura novas vocações econômicas na cidade, que se consolidam nestas últimas décadas do século. A maioria indiretamente ligada à antiga indústria, como a produção de vestuário, que se faz de forma descentralizada em diferentes empresas, e, posteriormente, também em unidades domésticas de produção, por meio do sistema de facções, e outras como a indústria da construção e o mercado imobiliário, sem vínculo aparente com a tradição industrial têxtil consolidada ao longo do século passado.

Durante sua formação econômica, a cidade sofreu modificações substanciais em seu tecido urbano e, como consequência, alterações na implantação dos grupos sociais neste espaço. Tais modificações foram certamente a ferramenta de pesquisa mais importante para este trabalho.

1815 A 1880: do arraial colonial à cidade moderna

A distribuição de classes sociais de forma segregada no território está presente desde o século XIX, ainda no período da economia cafeeira, caracterizada pela relação entre a classe aristocrática e a força de trabalho escrava. Essa relação estava configurada de duas maneiras: uma que apresenta uma diferença topográfica, onde o morro da Matriz era o reduto das elites e a parte baixa até o largo do Rosário era habitado pelo contingente da força de trabalho escrava urbana. A outra se apresenta a partir da existência de uma espécie de *quarteirão das elites* a oeste da região negra do Rosário (PONTES, 2019), a leste, e que se consolida, a partir do início do século XX, como o centro comercial mais dinâmico da cidade.

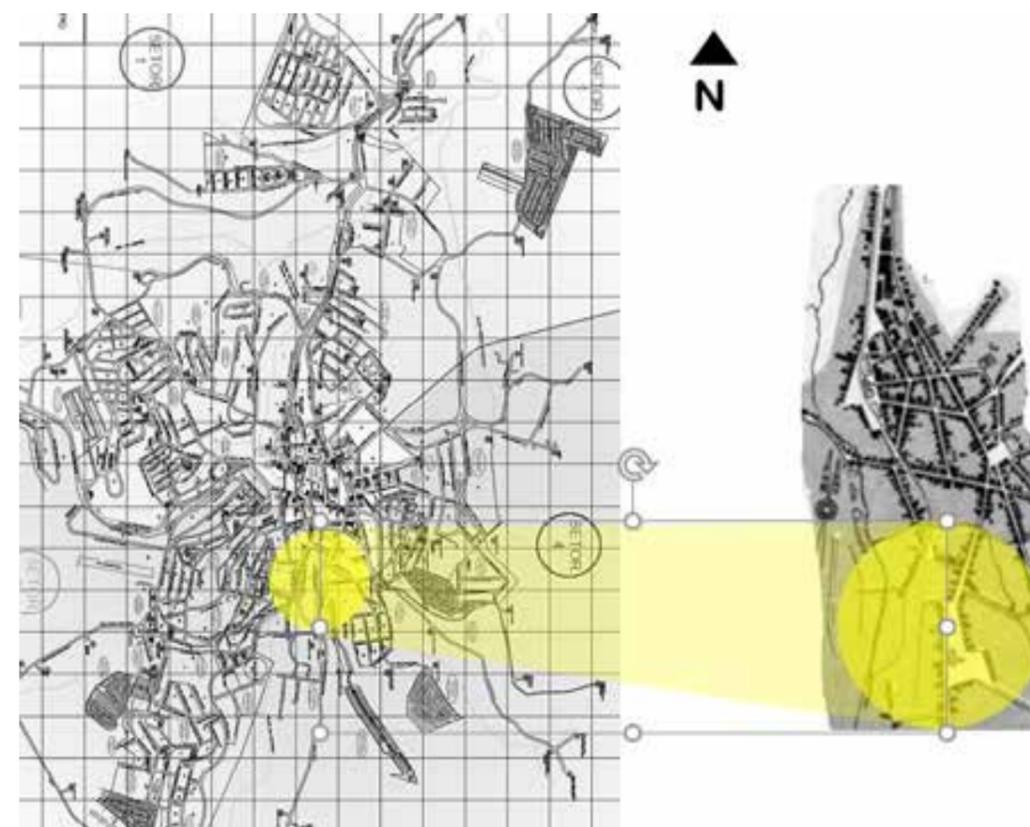


Figura 4 – O núcleo pioneiro em destaque num mapa de 1927. Fonte: Adaptado pelo autor com base em COSTA; COSTA, 2012.

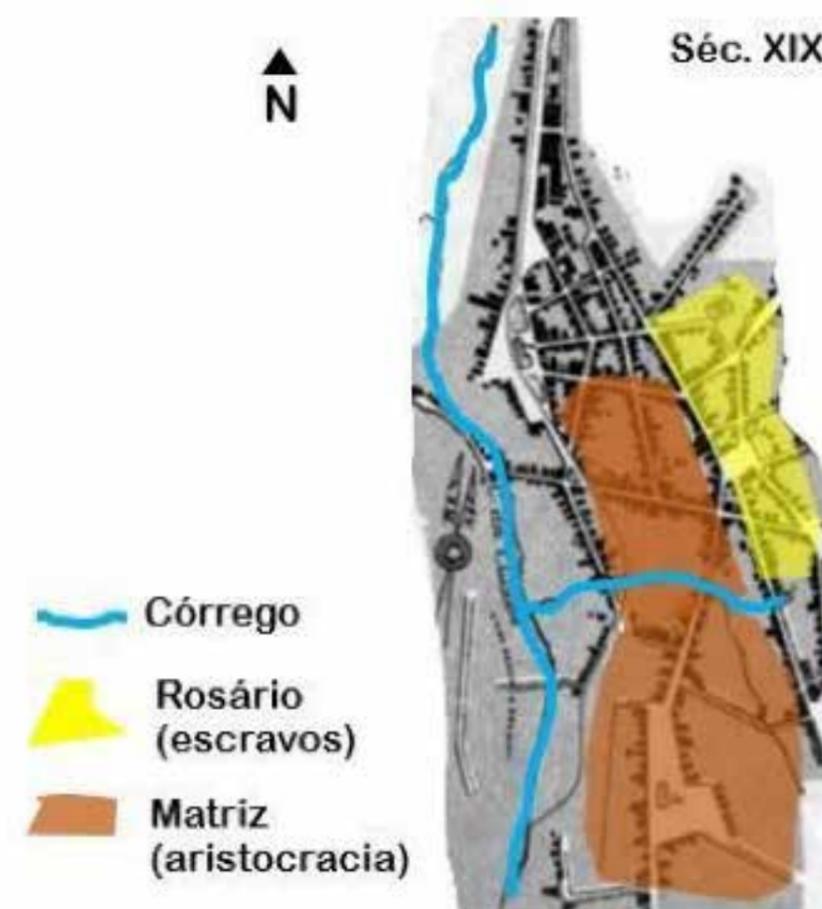
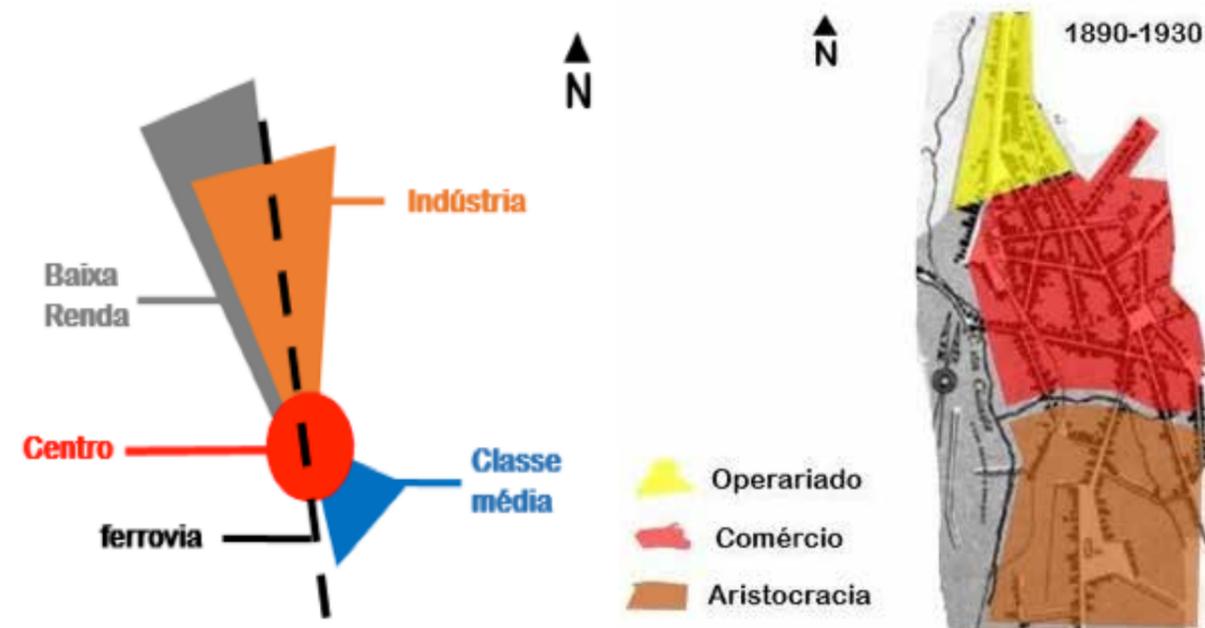


Figura 5 – As regiões da Matriz e do Rosário. Fonte: COSTA; COSTA, 2012.



Essa segregação se trata de uma configuração típica de um período pré-moderno, onde não há nem a instituição de relações modernas de trabalho, como a venda da força de trabalho mediante salário, nem uma mínima consideração acerca da cidadania da população negra, então considerada como objeto de trabalho passível de compra e venda. Além disso, apesar do crescente contingente da população negra urbana nos aglomerados brasileiros, essa era uma porção residual ao longo do século, estando o grande número de escravos ainda enraizado nos meios rurais e a uma relação escrava de trabalho. Diante dessa atmosfera, pode-se dizer que a segregação desse grupo negro urbano do Rosário assenta-se não sobre critérios de renda, ainda ausente nesse período, mas sobre uma forma de segregação compulsória sustentada pelo estigma da cor da pele e pela negação total da cidadania a um grupo, procedimentos típicos da instituição escravocrata, que entraria em crise nas últimas décadas do século XIX.

1880 A 1930: consolidação do núcleo central

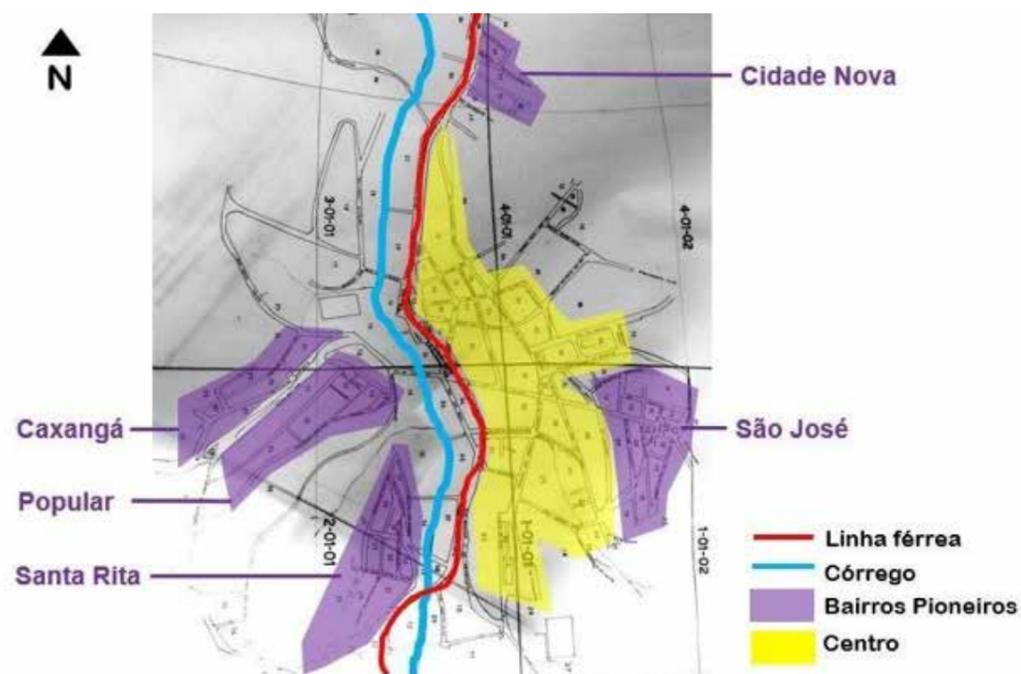
A primeira evolução do centro urbano se dá ao longo do século XIX a partir de três elementos articuladores principais: a igreja Matriz, a estação ferroviária e a fábrica de tecidos. Cada um dos elementos indica a distribuição de uma classe social no território. A aristocracia cafeeira ao redor da igreja, a classe comerciante pioneira junto à estação, e a classe trabalhadora ao redor da fábrica. Essa expansão do traçado segue o sentido sul-norte, desde a capela, que data de 1815, até a estação e a fábrica, instaladas em 1880 e 1885 respectivamente. Esse sentido é o mesmo em que se dispõem duas outras linhas que irão constituir divisores importantes para o estudo: a linha férrea e um córrego que passa nas proximidades do núcleo urbano.

Durante as primeiras décadas do século XX, o tecido urbano permanece sem muitas alterações, mas a partir da incorporação de novos bairros, essa porção pioneira do traçado, que constitui uma linha que vai da igreja matriz, passando pela estação ferroviária até a fábrica, começa a se confirmar como a parte central ou bairro central da cidade, ainda que dividido em duas repartições, o centro efetivo da cidade, com a concentração de comércio e serviços, vinculado historicamente à estação, e um centro

histórico, vinculado ao largo da igreja matriz, que ainda mantém algum testemunho da arquitetura colonial do tempo do café. A expansão do centro após o advento da infraestrutura de transporte ferroviário se sobrepõe em algum momento ao já consolidado *quartirão imperial* das elites, mas possui característica similar aos planos conhecidos da época, uma vez que constitui uma trama de ruas retilíneas que ligam diversas praças entre si, essas situadas junto aos principais marcos visuais da cidade, em oposição ao traçado tipicamente colonial no morro da Matriz. Essa oposição é o reflexo no espaço, pela primeira vez, de uma atuação mais significativa do aparato estatal na escolha e na moldagem do desenho urbano, ao preparar uma nova região central de ruas planejadas, quase num formato de jogo da velha, similar aos modelos positivistas desta virada de século, de modo a conectar o território das elites aos novos equipamentos de integração da cidade, além de dotar o espaço de uma infraestrutura de meios de consumo coletivo necessários para reprodução do capital, gerando assim uma melhor economia de aglomeração.

A porção do núcleo ao redor da fábrica era a *periferia*, concentradora da mão-de-obra operária, próxima à prisão e aos mecanismos de controle do aparato policial. Em resumo, de 1815 a 1930, o pequeno núcleo ao redor da matriz e do Rosário se expande em direção à estação e à fábrica, e após 1930 esse núcleo se consolida como o que os habitantes ou a própria prefeitura classificam como *centro* da cidade, com uma parte efetiva e uma parte *simbólica*.

Com o advento da República e a abolição da escravidão, a segregação adquire uma nova configuração, com o centro expandindo ao redor da estação ferroviária, tornando-se, portanto, reduto das elites comerciais; e a fábrica, ao norte, sendo nesse período o lugar natural da nova força de trabalho operária assalariada. O que se percebe é que, à medida que vai se reconfigurando o perfil das elites, do Império para a República, ocorre uma dilatação do seu campo espacial em direção às áreas ocupadas pelas classes trabalhadoras, que, por sua vez, também à medida que sua configuração muda, desloca para novos espaços, constituindo novas periferias. O que se nota aqui é um processo bastante similar ao de invasão e sucessão de grupos no espaço urbano sugerido pelos pensadores de Chicago, mas especialmente a configuração guarda mais semelhança com o esquema de Hoyt, onde o centro comercial e a região



industrial dividem as classes, que se situam em lados opostos do tecido urbano, como já visto, as elites do centro para o sul e a classe trabalhadora ao norte, cortada pela linha férrea e pelas instalações fabris.

1930 a 1980: expansão pela força de trabalho fabril

O período que compreende meados do século XX, especificamente entre as décadas de 1930 e 1980, é marcado pelo transbordamento do tecido urbano de São João para além daquele núcleo que foi visto até agora, e que, embora possa ser compartimentado nas fases históricas já descritas, se consolidou ao longo do tempo como o centro da cidade, tanto no imaginário do cidadão são-joanense como para critérios oficiais da administração pública e do Estado. Assim como a investigação sobre as direções do território que essa nova etapa da evolução do tecido urbano tomou (VILLAÇA, 1998), também se torna importante nesse momento entender o que significa o surgimento desses bairros da cidade, identificados pelos são-joanenses como os quatro pioneiros: São José, Santa Rita, Caxangá e Popular⁵. Trata-se, primordialmente, da intensificação da diferenciação espacial da classe trabalhadora à medida que cresce a necessidade de novos espaços para a reprodução da força de trabalho⁶. Todo esse processo coincide com a expansão da atividade industrial têxtil na cidade nos anos 1940 e 1950 (COSTA, 2016).

Espacialmente, esses novos braços do tecido urbano possuem similaridades entre si por terem tomado as direções de regiões de topografia mais elevada, em contraposição à região central mais baixa, em torno da fábrica e linha de ferro. Com exceção do bairro São José, que surgiu a leste do Rosário, os demais bairros constituem elementos a oeste, fisicamente destacados da região central pioneira pelas linhas do córrego e da ferrovia. Essas direções da expansão, sobretudo a oeste, vão se consolidar como o

5 Geraldo José Barbosa de Mendonça, 65 anos, engenheiro civil. Informação verbal, 2020. Entrevista realizada em 08 de março de 2019.

6 Segundo a teoria marxista, a produção está relacionada à transformação da natureza para construir a riqueza material mediante o trabalho. A reprodução está relacionada à vida do trabalhador e à garantia de suas condições de existência, tal como a habitação, alimentação, etc. (QUINTANEIRO, 1995).

padrão do processo de periferização da cidade ao longo do século XX, assim como o córrego e a linha férrea vão se confirmar como fronteiras sociais. A linha do tempo relacionada ao surgimento desses novos bairros e à expansão do tecido urbano segue, provavelmente, com a diferença de alguns anos, podendo variar entre um caso e outro, a sequência temporal das leis municipais disponíveis para pesquisa, que versam sobre as denominações dos logradouros públicos, do final da década de 1940 até o presente momento.

Como já abordado anteriormente, a razão de ser da existência dessa expansão espacial nessa época é sua função de reservatório da força de trabalho que já se dilatava desde a consolidação da atividade fabril na primeira metade do século XX, constituindo, assim, o primeiro reduto da classe trabalhadora fora das proximidades da fábrica e destacada da lógica de vila operária típica do início da república, e que regia a dinâmica da reprodução da força de trabalho no início da São João Nepomuceno moderna. Nesse processo, como a decisão de alocação da classe trabalhadora sai das rédeas diretas do patrão, passa a se tornar relevante a dinâmica relacionada à questão fundiária e ao preço da terra, uma vez que parte do custo da reprodução da força de trabalho ou dos meios de consumo coletivo passa ao aparato estatal, influenciando, desse modo, os critérios de escolha do espaço de alocação desse contingente.

Há aqui dois fatores importantes a serem vistos, sobretudo pelo fato de oferecerem outros pontos de similaridade entre esses primeiros bairros pioneiros: a tipologia das habitações encontradas nesses locais e a relação da construção destas com a CFTS, empresa cuja abrangência nos aspectos sociais da cidade já foi mencionada. Em cada um desses bairros, em maior ou menor grau, houve a relação da fábrica com tal processo, algo, na verdade, automático, uma vez que se tratava de reprodução da força de trabalho ligada à expansão de sua produção. “Esse pessoal que morava, principalmente no São José, era quase que 100% funcionário da fábrica”⁷. Essa afirmação mostra de forma clara a relação de proximidade, bem como a abrangência da atividade industrial têxtil na vida das famílias são-joanenses. Em relação à tipologia das habitações, há um padrão bastante repetido em todos esses bairros. Trata-se de um padrão de casa unifamiliar, com fachadas e aberturas muito similares entre si, variando, provavelmente a título de identificação, as formas e os detalhes decorativos dos frontões.

Acompanhando a mesma direção do bairro Santa Rita, também a oeste da linha do trem e destacados do núcleo central da cidade, desenvolveu-se mais um vetor de expansão do território urbano, o que viria reforçar a tendência permanente da segregação dos contingentes da classe trabalhadora no sentido oeste. Nesse vetor surgem dois bairros muito próximos entre si, mas com características bem distintas: o Caxangá, que, pela primeira vez, ocupa um terreno de relevo mais baixo do que a região central da cidade; e o bairro que ocupa o chamado Alto Caxangá, que ficou tradicionalmente conhecido como Popular, situado no alto de um platô entre o Caxangá e o Santa Rita.

Há aqui um ponto a ser tratado como um contraponto à tendência da expansão a oeste, que pode ser visto como a inauguração de um novo vetor, que se dá com a incorporação do que foi conhecido como Cidade Nova, começando a indicar o início de uma expansão para o norte. Esse processo de urbanização, um pouco à frente no tempo em relação aos bairros conhecidos como pioneiros, guarda uma lógica de localização talvez mais adequada do que os demais em relação à constituição de uma

7 Geraldo José Barbosa de Mendonça, 65 anos, engenheiro civil. Informação verbal, 2020. Entrevista realizada em 7 de março de 2020.



economia de aglomeração⁸, pelo fato desses logradouros estarem situados ao longo da avenida Carlos Alves e imediatamente adjacentes a leste da ferrovia, portanto mais próximos das instalações da Companhia Sarmiento e praticamente vizinho das ruas que constituíam a *vila operária* da CFTS do início do século XX. De acordo com a lógica da economia de aglomeração, esse local deveria ter sido um dos primeiros a serem ocupados, uma vez que sua função primordial, assim como os demais, é de reprodução da força de trabalho da fábrica, garantindo um grande aproveitamento de tempo e custo de transporte, dada a reduzida distância entre os espaços de produção e reprodução. Os motivos que fizeram com que isso não fosse realizado são incertos, mas talvez estejam ligados à questão de propriedade e preço da terra, e pelo fato de parte do encargo da reprodução ter passado, a partir de 1930, às mãos do Estado.

Mais tarde, nos anos 1970, com a incorporação do bairro São Cristóvão, conhecido como Benetti, situado ainda mais ao norte do leito da ferrovia, esse vetor se consolida permanentemente, sobretudo nas últimas décadas, como uma das principais direções de expansão urbana, além de um importante receptor da força de trabalho na esteira da expansão das atividades econômicas ligadas à indústria e serviços.

1980 aos dias atuais: confecções e novas periferias

A expansão urbana de São João em meados do século XX constituiu, como já visto, um reflexo espacial do crescimento da atividade industrial dos anos 1940 e 1950, estando esse crescimento ligado à proeminência da CFTS na economia local. Seguiu também, na maioria das vezes, uma similaridade na morfologia e no processo de ocupação, de modo a consolidar, como já visto, uma tendência de expansão na direção oeste, do outro lado daquelas que se tornaram importantes fronteiras sociais: o córrego e a ferrovia.

O início da década de 1980 inaugura uma nova rodada de expansão urbana, e essa

⁸ Um dos condicionantes para a implantação da economia industrial é a aglomeração espacial de todas as atividades relacionadas à produção, entre elas a moradia do trabalhador. O termo “economia de aglomeração” se traduz pela necessidade da economia industrial de encurtar o custo de deslocamento mediante aglomeração dos elementos fundamentais à atividade produtiva (SINGER, 1987).

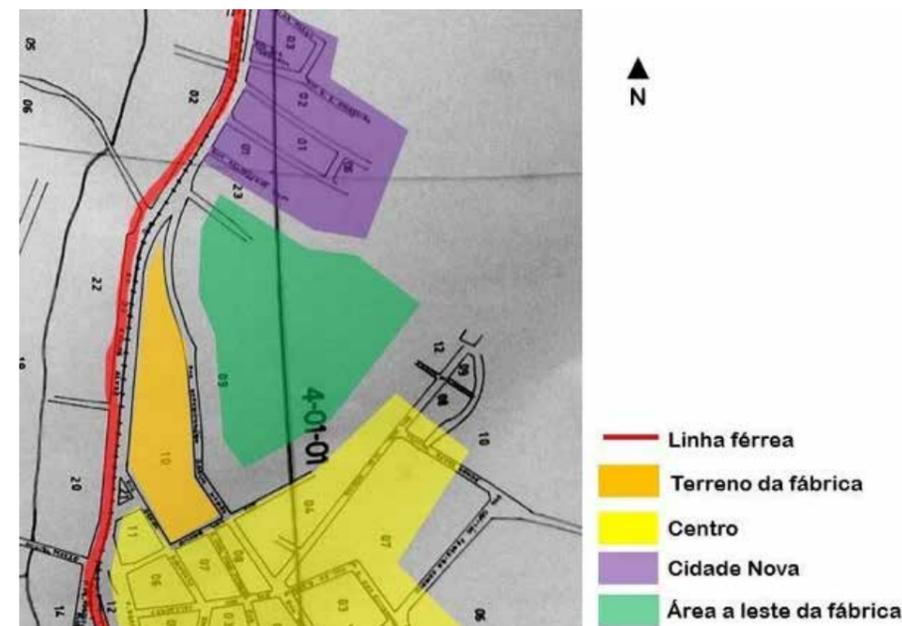


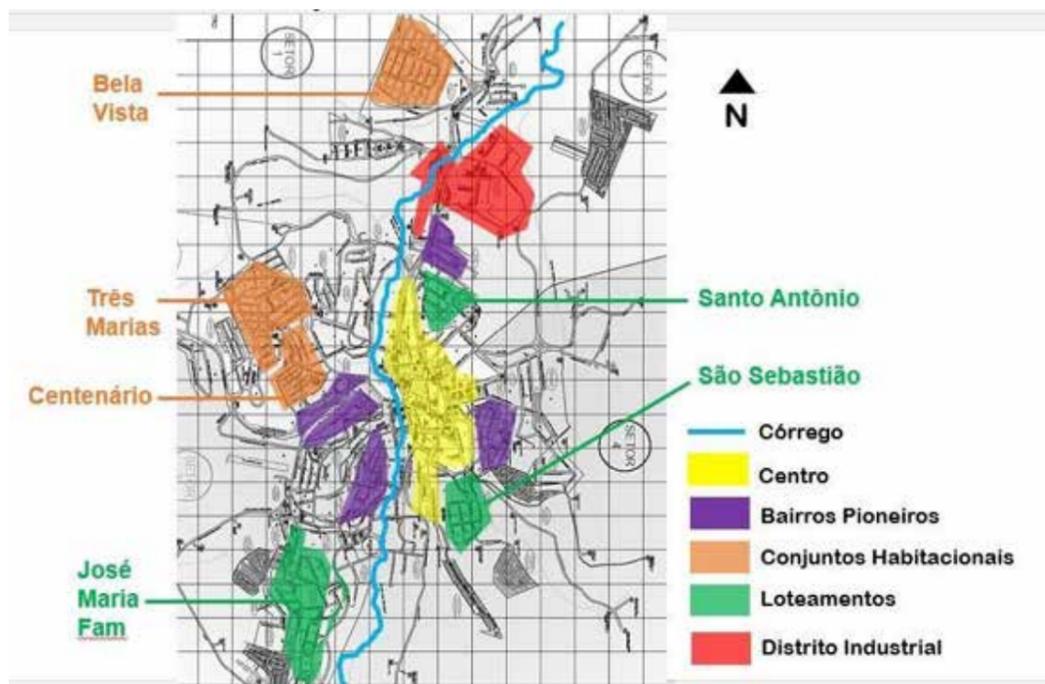
Figura 11 – Área a leste da fábrica. Fonte: Secretaria Municipal de Obras de São João Nepomuceno, 2019.

expansão se destaca da antiga principalmente devido às transformações pelas quais a cidade passa em seu aspecto econômico nesse período. Como já analisado, a crise da CFTS durante os anos 1960 é uma espécie de prelúdio para a inauguração de um novo perfil industrial que viria mais tarde, marcado pela continuação da atividade têxtil com a Santa Martha e pelo início da nova indústria do vestuário que se instala no final da década de 1960⁹, confirmando seu sucesso nas décadas seguintes. Essa transição para a nova economia de confecções vai originar, portanto, um perfil de crescimento urbano que guarda similaridades e diferenças com aquela expansão pioneira.

A nova rodada de expansão dos espaços de reprodução segue o processo semelhante ao anterior no sentido de ser uma continuação e aprofundamento da diferenciação espacial dos diferentes contingentes sociais, sendo, desta vez, o reflexo da expansão e diversificação do perfil industrial da cidade testemunhado nesse momento. Embora guarde uma semelhança estrutural com os antigos bairros, o fenômeno de expansão aqui possui importantes diferenças no seu aspecto espacial e social. Além de ser uma expansão de maior expressividade, trata-se também de um processo mais heterogêneo em vários aspectos. Apesar de ainda continuar a expansão já vista a oeste e a norte, a partir de 1980 a tendência vai se diluir para as demais direções, apresentando um mosaico mais diversificado de novos territórios urbanos em torno da consolidada região central, com uma maior diversidade também no caráter de cada ocupação. Fora de uma cronologia muito rígida, seis são os bairros cujos estudos vão auxiliar no entendimento desse novo processo: Centenário, Três Marias, Bela Vista, Santo Antônio, São Sebastião e José Maria Fam. Os três primeiros possuem similaridades entre si, portanto serão abordados como um conjunto. Os três últimos possuem um outro caráter na sua constituição, o que os coloca, desse modo, em outro grupo a ser tratado. Esses dois agrupamentos, como será visto, se apresentam praticamente como contraponto um ao outro em todos os aspectos.

O bairro Centenário segue a tendência já experimentada da expansão da silhueta urbana para oeste. Está localizado na vizinhança do já consolidado Caxangá, num terreno de declividade bastante acentuada. Todo esse território, que era propriedade do

⁹ A empresa Confecções Marlu Ltda. (CNPJ 24.799.587/0001-09) foi a empresa pioneira do ramo de confecções em São João, tendo iniciado suas atividades a partir de 1969.



município, foi loteado e cedido a centenas de famílias, num processo de doação por lei¹⁰ que se iniciou em 1980 e se completou nos anos seguintes. A tipologia das habitações segue o padrão de residências unifamiliares geminadas dispostas repetidamente em fila na sequência dos terrenos, esquema típico do modelo de resolução estatal tecnocrática da problemática da reprodução da era moderna (JACOBS, 2014), algo que já havia sido experimentado em São João décadas antes com o Popular, e que agora se confirma como tendência. Segundo o que é dito pelos que vivenciaram o processo, as obras ficaram a cargo de uma empresa particular de construção, a Nepoma São João Nepomuceno Empreendimentos Ltda., criada em 1981¹¹. Houve, com esse empreendimento popular, a tentativa de impulsionar a atividade da construção na cidade, embora com resultados controversos.

[...] o Centenário, quem fez foi uma empresa, a Nepoma....o nome era mais ou menos assim. Aqui como era São João Nepomuceno, ficou Nepoma [...] foram muito enrolados...deu o que falar, política, e tal [...] eu que vendi a madeira toda do Centenário. Agora, muita gente perdeu dinheiro lá [...], mas eles não ficaram me devendo nem um tostão (Luciano Lima Fonseca, 86 anos, empresário, informação verbal, 2020)¹².

Uma vez descritos esses bairros e suas similaridades, é importante destacar o segundo grupo, que, na linha do tempo, se desenvolve em paralelo ao primeiro. Santo Antônio, São Sebastião e José Maria Fam são também reflexos espaciais da nova rodada na economia são-joanense, responsável por inaugurar na cidade novas tradições de produção e uma estrutura mais complexa de serviços. Esses bairros constituem contrapontos bastante evidentes em relação aos anteriores, a começar pela localização de cada um deles em relação à chamada região central da cidade. Com exceção do bairro São José, é a primeira vez que o processo de urbanização em direção às regiões leste e sul se consolida como tendência. O São Sebastião ocupa o então vazio lado

10 Leis 805 a 895 e 900 a 989 de 1980, que versam sobre as doações de faixas de terreno no bairro Centenário.

11 Nepoma São João Nepomuceno Empreendimentos Ltda. CNPJ 16.721.037/0001-49.

12 Entrevista realizada em 7 de março de 2020.



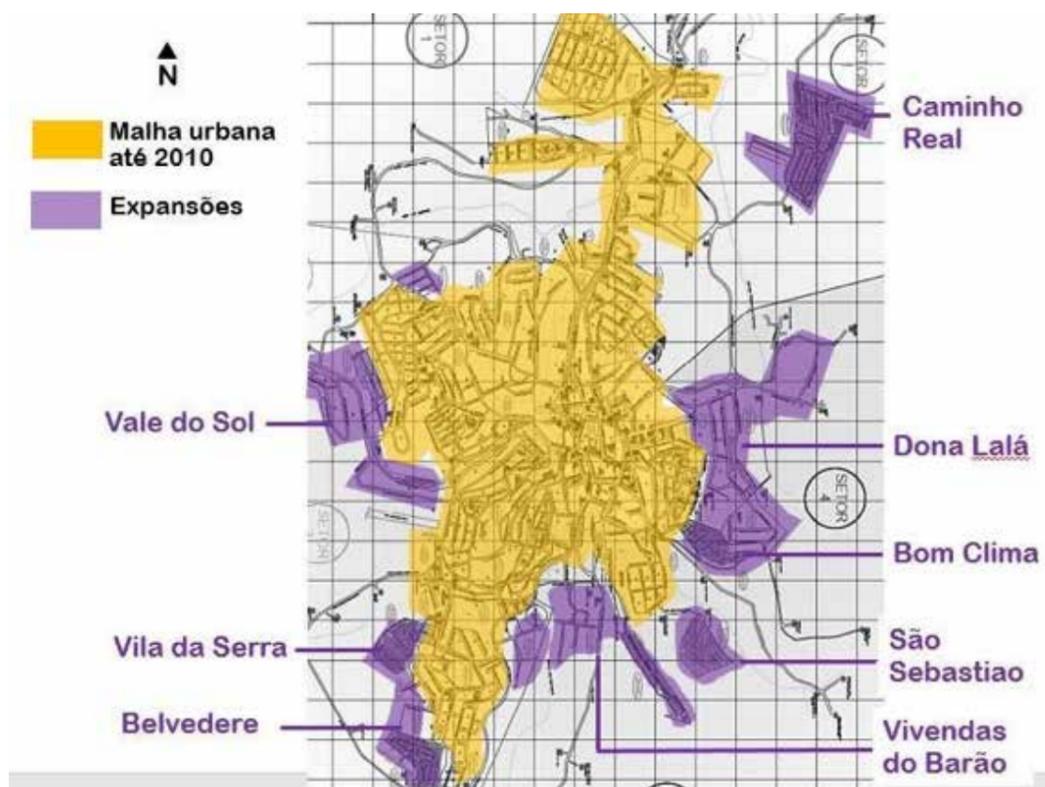
Figura 13 – Urbanização do conjunto Bela Vista. Fonte: Acervo Célio Ferraz, 2000. Fonte: Acervo Célio Ferraz, 2000.

leste do morro da Matriz, o Santo Antônio preenche todo o espaço não urbanizado no lado leste dos galpões da CFTS.

Como já mencionado, o estabelecimento tardio do bairro Santo Antônio como território de reprodução da classe média num contexto de vizinhança aos espaços de produção da fábrica têxtil é bastante curioso. Por que esse lugar se tornou um bairro de renda média tendo sido ocupado tardiamente? Dentro da lógica da economia de aglomeração, é o lugar ideal para se fazer um bairro operário pioneiro. No entanto, boa parte dos espaços de reprodução dos operários da fábrica foram surgir em lugares relativamente distantes. Por que, na hora de fundar o Popular, por exemplo, não foi escolhido o atual Santo Antônio? Até onde a questão da terra influencia nessa resposta? Talvez a questão do status social seja uma forte pista. É certo, como testemunhado pelas direções da expansão urbana, que o padrão de ocupação operária segue a tendência que se estabelece no começo, construindo uma espécie de maciço do *colarinho-azul*¹³, composto por Santa Rita, Popular, Caxangá, Centenário e Três Marias, nessa ordem temporal. Uma vez iniciada a tendência dos bairros da classe operária a oeste, ela é continuada, salvo algumas exceções, de modo permanente.

Tanto o Santo Antônio como o São Sebastião têm sua ocupação iniciada nos anos 1980. O bairro José Maria Fam vem desde os anos 2000 e representa o vetor da urbanização na direção sul, próximo ao já consolidado e pioneiro bairro Santa Rita. Tratam-se de bairros que surgiram de loteamentos convencionais e que acabaram se tornando territórios de expansão das classes médias, até então limitadas à chamada região central. Esse é um elemento novo e que permite conclusões importantes a respeito do desenvolvimento diferenciado dos territórios urbanos: a classe média, composta por funcionários públicos, profissionais liberais e proprietários de indústrias, só inicia seu transbordamento da região central para reprodução em novos espaços nesse momento, enquanto os bairros destinados à classe trabalhadora, que caracterizaram integralmente a expansão de meados do século XX, continuam se expandindo. E quando a classe

13 Colarinho-azul designa o contingente da força de trabalho ligada à manufatura, indústria e serviços manuais, em contraposição ao setor colarinho-branco, ligado ao trabalho burocrático e ao ambiente de escritório (GOTTDIENER, 1985).



média sai da região central é sempre na direção oposta às direções cuja tendência de expansão é dos extratos de renda mais baixos. Esse processo transforma o contexto urbano de São João num mosaico mais diversificado de territórios, mas ao mesmo tempo dotado de uma força centrífuga que marca divisões e separações profundas para uma cidade de tal porte.

O espaço urbano de São João hoje

Por meio do entendimento sobre os caminhos tomados pelo desenho urbano e suas assimetrias é possível olhar, de forma refletida no espaço, os fenômenos sociais vivenciados em uma determinada localidade. No caso de São João Nepomuceno, a partir desse modo de análise, ficou mais clara a dinâmica da expansão urbana ao longo das décadas, o que permitiu enxergar uma série de fenômenos sociais ligados a uma modernização pela via do desenvolvimento industrial. Entretanto, por mais que o processo tenha sido resgatado desde o início, esse fenômeno da expansão continua ocorrendo, exibindo uma série de tendências recentes que são cruciais para o entendimento da São João atual.

Pode-se fazer uma leitura do processo em três partes: uma primeira parte, ligada ao período de expansão da indústria têxtil, de 1940 a 1980, caracterizada por um avanço urbano quase exclusivo do centro ao vetor oeste; uma segunda parte, que pode ser chamada de transitória, ligada ao período de diversificação da atividade econômica do têxtil para o vestuário, que experimentou o avanço urbano em diversas direções, sem uma tendência específica; e a terceira parte, que é a tendência atual, experimentada na última década, que marca uma maior frequência das direções leste e sul.

Esse fenômeno pode ser visto a partir da localização dos loteamentos e dos bairros mais recentes, formados na última década, a partir de 2010. Por mais que continuem havendo pequenas expansões nos territórios de reprodução em bairros já consolidados em outras direções, os acréscimos mais significativos estão concentrados nas porções

leste e sul. Assim como as demais tendências das décadas anteriores possuíam uma razão de ser assentada na expansão da atividade econômica e distribuição dos grupos sociais, essa última tendência deve também responder aos fenômenos sociais e econômicos recentes. Ela marca a proeminência da expansão nas direções contrárias aos espaços de reprodução da força de trabalho de menor renda, constituída sob a forma de casas populares, como já foi mostrado. Embora muitos desses novos espaços urbanos indiquem a continuação de uma periferação da classe média que se iniciou nos anos 1980, é difícil constatar essa característica em todas as áreas de expansão. Por mais que existam fatores econômicos e sociais que contribuam para produzir essas tendências, há uma mudança importante no tratamento do Estado em relação à definição das áreas passíveis de expansão urbana.

Aplicação das teorias de segregação ao processo de expansão

Uma vez exposto todo o perfil da evolução do espaço urbano de São João durante os vários momentos da metamorfose de sua economia, é desejável a construção de um entendimento da distribuição dos grupos sociais e da atuação do Estado a partir das ferramentas teóricas já exibidas neste trabalho. Isso permitirá revelar como são aplicáveis essas teorias, geralmente restritas aos grandes elementos urbanos, em contextos diversos da modernidade, que é o caso da pequena cidade industrial em questão. Permitirá também legitimar o esforço de trazer aos são-joanenses e aos demais interessados a problemática da produção diferenciada do espaço urbano e suas contradições.

Um fato que se revelou importante ao longo da análise da evolução dos bairros é a relação deles, que se confirmaram como espaços de reprodução, com a região central da cidade, de caráter miscigenado e que engloba os mais importantes aspectos da vida social e da estrutura econômica, espaço das trocas, já que é o concentrador de boa parte da atividade comercial, espaço da produção, nos tempos da CFTS e Santa Martha, e espaço de reprodução consolidado das classes médias, reduto tradicional das elites. Com todas essas características, o centro exerce uma força centrípeta sobre os bairros, o que reforça a ideia da existência de espaços urbanos diferenciados. Do ponto de vista da teoria de Castells (1983), o centro seria, portanto, um conjunto cujo interior é composto pelos elementos P (produção), C (moradia), T (comércio) e G (governo), e estabelece a relação de *commuting* com os conjuntos-satélite, os bairros, compostos apenas pelo elemento C, que se manifesta em cada um deles de forma desigual.

Essa dinâmica explícita por Castells (1983) é equivalente à lógica da modalidade de segregação indicada por Lojkin (1997), envolvendo o deslocamento da moradia para trabalho, ainda que esse fenômeno seja diminuto em comparação com os grandes centros. O que se confirma é uma produção do espaço separada em funções, como trabalhar e habitar, como já assinalado na questão já abordada da razão de ser dos bairros proletários como Santa Rita ou Popular, descontextualizados do local onde se destinava a produção em meados do século, os galpões da CFTS, na região central, ou mais recentemente o Três Marias e Bela Vista, deslocados dos espaços onde se concentram a maior parte dos bens e serviços. Além de significar uma diferenciação dos espaços de vida pelo critério da profissão e da renda, se trata também da típica segregação urbana atribuída por Lojkin ao urbanismo modernista ou norte-americano, onde cada espaço possui sua vocação primordial. Embora no centro isso não possa ser aplicado, a lógica dos bairros vai em direção a essa ideia, onde se constituem espaços monótonos e repetitivos para reprodução da força de trabalho.

Se recorrermos aos conceitos de Lefebvre (1999), tudo indica que estejamos diante

de uma segregação que, no seu aspecto temporal, adquire um matiz cada vez mais evidente, ao longo das décadas, de segregação programada, à medida que o Estado atua na modelagem do espaço de forma mais frequente, como estágio último de um processo que tem início como algo ideológico, numa configuração pretérita testemunhada durante o período da escravidão ou das vilas operárias dos primórdios da produção têxtil. Começa a haver, ao longo do século XX, um planejamento para efetivar as etapas prévias da separação, desta vez sob a tutela do Estado. No seu aspecto espacial, essa segregação se configura mais como ecológica do que sociológica, uma vez que cada espaço é distinguível por sua morfologia urbana e arquitetônica (casas populares, loteamentos, padrões repetidos de habitação) do que pela composição étnica que as compõem. As direções permanentemente contrárias de expansão de cada classe social no espaço configuram a ideia de separação desejada, ou voluntária, apontada por Lefebvre (1999). Esse desejo de morar com os iguais, separado voluntariamente dos demais grupos, como pode ser deduzido das expansões tardias da classe média em São João, confirma essa ideia e pode ser a base para a explicação para a não fundação de um bairro operário às portas da Fábrica, onde hoje está o bairro Santo Antônio.

Com referência à discussão que Daniela Soldano *et al.* (2018) faz a respeito do tipo de segregação vigente no contexto latino-americano, faz sentido tentar aplicá-lo para o contexto em questão. A segregação que foi vista até aqui nesta dinâmica de expansão urbana se encaixa, de modo geral, no tipo mais relacional e menos geográfico, ambos conceitos tratados pela autora para classificar as dinâmicas sociais no espaço. Apesar de haver uma tendência para alocação dos extratos sociais em espaços geográficos distintos à medida que o tecido urbano expande, todos os grupos convergem para o mesmo espaço geográfico quando vão realizar alguma atividade fora do seu contexto de reprodução: o centro da cidade. Apesar de haver uma segregação em relação aos espaços de reprodução, o centro da cidade é o lugar onde todas as classes se relacionam e se encontram de algum modo, apesar de reconhecido o pertencimento a um ou outro grupo. Não há a lógica dos espaços raciais típicos do gueto (WACQUANT, 2008), onde os grupos, enclausurados nos seus próprios espaços de reprodução, vivenciam todos os aspectos da vida social, o que Soldano *et al.* chama de segregação geográfica.

Em relação ao modo como essa segregação se dá no espaço, um fenômeno muito evidente ao longo das décadas é a presença de zonas intermediárias ou zonas-tampão que separam os grupos e as funções da cidade (SOLDANO *et al.*, 2018). No período em que surgiam os bairros pioneiros, as já conhecidas barreiras físicas da linha do trem e do córrego se tornam importantes fronteiras sociais intermediárias, separando o centro das zonas destinadas à reprodução da força de trabalho operária. Além desse fato, a localização de boa parte dos locais de produção estrategicamente adjacentes à infraestrutura ferroviária, como os galpões da CFTS e demais indústrias calçadistas, reforçam a configuração espacial de zona intermediária. Mais tarde, com a diversificação da produção para o vestuário, a consolidação do Distrito Industrial, também próximo às já descritas fronteiras, se torna um novo espaço a separar os grupos situados na parte norte, como ficou mostrado na descrição do bairro Bela Vista. O centro da cidade como um todo, após o surgimento dos bairros de classe média a leste, se torna o grande elemento que marca a separação dos diferentes grupos.

Considerações finais

Após a exposição do processo de expansão urbana e as razões de seu desenvolvimento em cada etapa da economia local, é pertinente elencar alguns elementos visando a síntese conclusiva do que foi analisado. Sendo a cidade uma célula cujas atividades

preponderantes são as de trabalho e assentamento, ficou evidenciada a distribuição assimétrica dos grupos sociais no espaço, desde o período cafeeiro até os dias atuais, tendo acumulado, ao longo desse período, diversas formas de territorialização, sobretudo em seu período moderno industrial.

Deixando para trás uma separação racial entre os territórios da elite e aqueles da população escrava na cidade colonial, a nova cidade industrial viveu um processo de divisão espacial das classes baseado na expansão urbana pela via de bairros operários situados a oeste da cidade, num primeiro momento associados ao empreendimento da própria indústria e posteriormente ligados às decisões de implantação do Estado. Essa dinâmica de novos bairros para as classes trabalhadoras se desenvolveu como resposta aos movimentos da economia industrial em duas fases: aquela ligada à indústria têxtil em meados do século XX e outra ligada ao vestuário a partir dos anos 1980. Apesar das diferenças circunstanciais na época de cada expansão, é certo que o perfil econômico ditou a configuração espacial que a cidade adquiriu, tendo como padrão a diferenciação espacial da classe trabalhadora da indústria, desde a formal até a mais precarizada. Essa diferenciação se viu potencializada a partir da expansão das classes médias e a constituição de seus novos territórios nas direções contrárias dos redutos ligados aos trabalhadores, o que consolidou uma forte setorialização dos grupos sociais na cidade.

Além da divisão em setores sociais, a separação das classes se revelou pela problemática do deslocamento, pela preponderância do centro como espaço das diversidades e da vida econômica, relegando a maior parte dos demais territórios à condição de dormitório, no caso dos bairros populares. Os setores oeste e norte, destinados às classes trabalhadoras se constituíram sob o paradigma modernista do objeto residencial estandardizado e replicado em série (CHOAY, 2003). A produção industrial teve como resposta uma reprodução igualmente industrial e mecanizada da força de trabalho, desde as vilas operárias até os conjuntos habitacionais feitos pelo Estado, o que marcou permanentemente o caráter da divisão espacial segundo a renda e segundo o trabalho.

Referências

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia*. Perspectiva: São Paulo, 2003.

CORRÊA, Roberto. Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Maria de Lujan Seabra de Carvalho; COSTA, Maria Lúcia Prado (org.). *Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais 1927: estudos críticos*. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.albumchorografico1927.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2019

COSTA, Stéfano Muniz Figueiredo. *A crise da "Companhia Fiação e Tecidos Sarmento": memórias e narrativas operárias (São João Nepomuceno/MG, 1960-1971)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1985.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas, 1995.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2016.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PONTES, Luís. *São João Nepomuceno: dois séculos de história. Vol. I: o santo padroeiro e a fundação de São João Nepomuceno*. Quinto Império Editora: Juiz de Fora, 2019.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOLDANO, Daniela; NOVICK, Alicia; CRAVINO, Maria Cristina; BARSKY, Andrés. *Pobreza urbana, vivienda y segregación residencial em América Latina*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018.

SUGIARTO, Veronika. *The segregation of urban land uses*. Disponível em: <https://slideplayer.com/slide/14719814/>. Acesso em: 30 set. 2019.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 1998.

WACQUANT, Loic. *As Duas Faces do Gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.